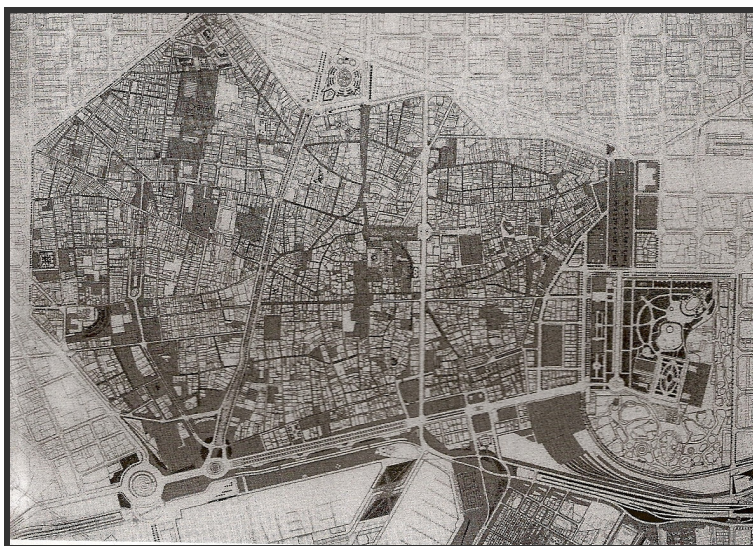


A implantação das câmaras municipais em Espanha ocorreu no ano de 1979, após os quarenta anos de ditadura. O primeiro governo municipal de Barcelona decretou de maneira firme e decidida que a recuperação e a revitalização do núcleo histórico era possível, de acordo com um objectivo duplo: fazer da cidade velha um centro neurálgico de Barcelona e, por outro lado, manter o papel residencial de seus bairros, a fim de preservar, também, o carácter de proximidade dos bairros do centro histórico<sup>1</sup>. A recuperação do centro teve uma enorme dimensão simbólica para a população local, além de se tornar um pólo de forte atracção turística.

Com a escolha da cidade de Barcelona para palco dos jogos olímpicos, em 1992, decisão que ocorreu em 1986, a cidade enceta um período de transformações urbanísticas em que o centro histórico não podia ficar à margem. A vontade de querer intervir na cidade velha manifestada pela administração municipal, elevou-se a necessidade. Esta vontade concretizou-se na redacção e aprovação dos planos especiais de reforma interior (PERI) para três dos quatros bairros da Cidade Velha, assim como para outros distritos.

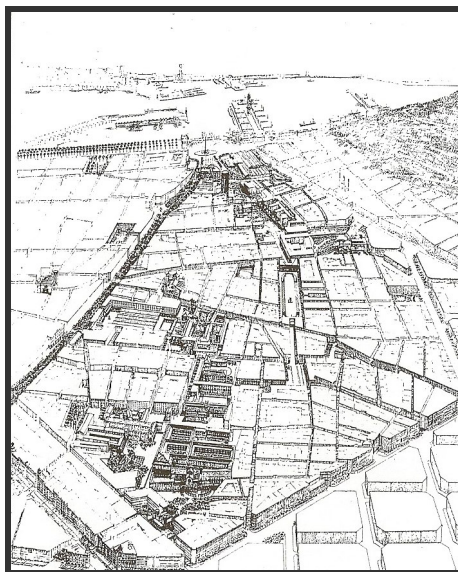


**Figura 3.19** – Mapa de localização dos Planos Especiais de Reforma Interior (PERI's), da Cidade Velha no ano de 1980, que só tiveram início de implementação em 1998)

Fonte: ESTEBAN I NOQUERA, Juli (1999). El Projecte urbanistic: valorar la periferia I recuperar el centre. Barcelona: Aula Barcelona. Col·leció: Model Barcelona. Quaderns de gestió 2.

Estes planos, fruto do acordo e unanimidade cívica, previam para as décadas seguintes um volume de actuações que dotariam a Cidade Velha do espaço público e dos equipamentos que carecia, as novas habitações onde seriam realojadas as famílias afectadas pelas actuações urbanísticas, e as redes de serviços e infra-estruturas (gás, electricidade, água e telefone) que melhorassem a qualidade de vida dos seus moradores.

<sup>1</sup> Dados recolhidos de AJUNTAMENT DE BARCELONA (2005). Memòria 2005, Foment de Ciutat Vella, S.A.



**Figura 3.20** – Perspectiva de remodelação do bairro do Raval segundo o Plan Especial de Reforma Interior (PERI), para a área.

Fonte: BOHIGAS, Oriol. (1986). *Reconstrucción de Barcelona*. Monografías de la Dirección General de Arquitectura y Edificación (MOPU). Madrid.

O PERI pretendia ser um plano que respondesse de forma rápida aos problemas do ambiente urbano. A implementação das propostas delineadas nos PERI's foram variadas, dependendo das condições de cada lugar, da viabilidade do projecto e dos recursos empregues em cada caso, influenciaram o grau de execução. As propostas dos PERI's representavam o desenvolvimento dos projectos planeados para a cidade contidos no PGM.

Foi igualmente aprovado o Programa de Actuações Integrais (PAI), que distinguia seis grandes linhas de actuação: o urbanismo, o bem-estar social e os equipamentos, as infra-estruturas e a mobilidade, a promoção de actividades económicas, a segurança cidadina e os usos do espaço público, e o fomento da reabilitação privada. Em 1986, o distrito da Cidade Velha vai ser qualificado como Área de Reabilitação Integrada para obter o financiamento necessário do Governo de Espanha e da Generalitat da Catalunha. Um instrumento derivado da instauração da Área de Reabilitação Integrada é a Oficina de Reabilitação da Cidade Velha, um órgão com a vontade de implicar os proprietários privados na reabilitação dos cinco mil edifícios existentes na área de intervenção. O grande instrumento de gestão do projecto de transformação urbanística da Cidade Velha, vai ser a empresa municipal mista Promoção Da Cidade Velha, SA (Procivesa), criada em 1988 pelo Ajuntament de Barcelona a partir de um capital inicial de 16,8 milhões de euros: 10,2 milhões de euros de capital público (61%) e 6,6 milhões de euros de capital privado (39%).

O ano de 1992 marca uma mudança qualitativa no processo de intervenção urbana. Pode-se observar uma variação nas circunstâncias de operatividade e na forma como o projecto é encarado. Este é desenvolvido sob diferentes perspectivas em duas dimensões urbanas clássicas: habitação e indústria (ESTEBAN i NOGUERA, 1999). Nesta época, é elaborado o Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona, mas que não foi pioneiro, pois a

cidade de Barcelona contava com uma tradição de planos (desde Cerdá à comarca de Barcelona 1953) e com um Plano General Metropolitano. A existência de esse planeamento geral foi importante, assim como a possibilidade de actuações parciais, como os planos especiais de reforma interior, ou “inclusive das unidades de actuação ou intervenção integrada que existem no planeamento espanhol e se utilizaram amplamente no planeamento barcelonês” (CAPEL, 2005a:57).

O sucesso dos planos estratégicos pode ser medido pela transformação da cidade num pólo de serviços e num importante destino que atrai cerca de 20 milhões de turistas por ano, o que levou o valor de uso dos espaços públicos a ser superado pelo seu valor de troca. O fenómeno da privatização desses lugares, ou simplesmente a troca do espaço público pelo espaço privado, ocorre de forma acelerada, no mesmo ritmo em que os bens culturais dão lugar aos produtos culturais.

A estratégia de gestão adoptada envolve uma parceria público-privado, concretizada por meio de empresas ágeis e flexíveis, com capital misto, porém sem deixar de lado os aspectos públicos das intervenções (MARTI, 2006).

Capel (2005a) comenta esta parceria público-privado referindo que não é seguro que sempre se tenha sabido lidar com os interesses privados, gerindo os interesses públicos de forma favorável para as classes populares. A prova é que em certas ocasiões se chegou a uma densificação excessiva, com habitações de preços elevados. A reflexão de Capel remete-nos para o processo de gentrificação, patente no Bairro de Raval. A parceria público-privado, que motivou grandes intervenções neste bairro, obrigou alguns dos residentes a saírem, que pela abertura da rambla viram suas casas desaparecerem. Esta requalificação do espaço urbano, encareceu muito o preço da habitação, sobretudo no seu entorno, o que fez com que chegassem novos habitantes ao bairro, mas de um nível social muito distinto do anterior. Como refere Josep Montaner (2007) num artigo de opinião, publicado no jornal El País no dia 12 de Junho de 2007:

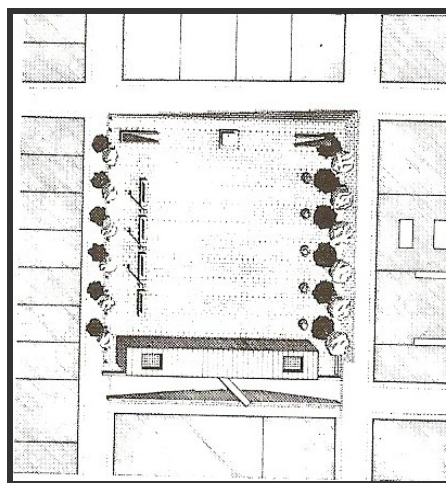
“La ciudad de Barcelona vive en estos años una continua guerra de baja y no tan baja intensidad contra vecinos y movimientos sociales opuestos a dicho modelo, que impone al desalojo de la población tradicional y humilde de los barrios situados en lo que ahora llaman zonas de nueva centralidad”.

Necessariamente, os processos de renovação têm sempre implicações sociais, económicas e políticas, sobretudo pela sobreposição de interesses que se revelam na forma do espaço urbano. Mas nem todo o processo de renovação é negativo. Segundo Capel (2005a) existe sempre uma valorização positiva da vontade que existiu na política de renovação urbana no caso de Barcelona, embora o mesmo não deixe de referir que houve actuações que pretendiam valorizar o trabalho de cada arquitecto. Pois cada um deles teve um espaço, onde pode dignificar o seu trabalho, contudo e porque não houve articulação entre eles e muito menos entre o espaço a intervir e a cidade, conceberam obras arquitectónicas, de valor estético, mas disfuncionais. Necessariamente geraram grandes abismos na continuidade morfológica urbana. Isto acontece porque, (CAPEL, 2005a:92):

“[...]na realidade, o campo do urbanismo está controlado, talvez excessivamente, por engenheiros e arquitectos, que desde o século XIX competem duramente pelo seu controle.

Os primeiros definem as grandes infra-estruturas, os outros, as intervenções nas ruas, nos edifícios, nas zonas livres, nas áreas verdes. Mas todos eles deveriam estar ao serviço das necessidades sociais; da busca da igualdade, da imparcialidade, da diminuição da segregação, do civismo e da educação. Esse é o plano que se devia debater, em primeiro lugar, para pôr logo em andamento as políticas urbanas adequadas a esses objectivos”.

A zona junto ao porto, conhecida hoje como a vila olímpica, foi entregue a uma sociedade anónima – VOSA, ligação directa com o Ajuntament, mas como sociedade anónima seria muito mais fácil obter dinheiro e contrair empréstimos. Neste projecto é de salientar a colaboração de Álvaro Siza Vieira. Um aspecto que Capel (2005a) refere relativamente a este processo de renovação urbana prende-se com o melhoramento da eficiência económica e a produtividade que ocorreu na cidade através do urbanismo. Com as intervenções efectuadas prendeu-se também a resolução dos problemas económicos e sociais. Capel (2005a:42) exemplifica citando uma passagem de Pascual Maragall, onde se lê que “[...] a melhoria do espaço público é relevante para a resolução dos problemas económicos e sociais”. Talvez possamos considerar esta a justificação para o processo de intervenções que a cidade de Barcelona protagonizou. A concretização de uma estratégia que contempla o espaço público e suas tipologias e funções tiveram em Barcelona diversos resultados, incluindo a revalorização de ruas, praças e parques. Houve contudo um ênfase excessivo nas praças duras<sup>2</sup> e sem arvoredo, que tentaram minimizar plantando desenfreadamente árvores em ruas muito estreitas, onde estorvam mais que favoreciam. As ruas do Olmo e da Marquesa de Sobradriel são bons exemplos desta equivocada política (CAPELa, 2005). Barnada (2003) in BORJA (2003a) abre a afirmação de Capel a um nível geral afirmando que a história urbana de Barcelona produziu uma cidade onde o espaço público é um bem escasso e sobreutilizado. Barcelona é uma cidade de ruas. As ruas têm uma importância fundamental que ultrapassa a função de conectividade, tornando-se lugares complexos das relações cidadinas.



**Figura 3.21** – Exemplo de praça dura. As praças do bairro de Gràcia. Praça do Sol. Projecto dos arquitectos J. Bach e G.Mora.

Fonte: BOHIGAS, Oriol. (1986). *Reconstrucción de Barcelona*. Monografías de la Dirección General de Arquitectura y Edificación (MOPU). Madrid.

<sup>2</sup> O termo de Praças duras é uma denominação que se dá às praças em que o principal material utilizado é o betão, ou materiais impermeáveis.